

Balanço sobre a historiografia para o estudo da “contrarrevolução cubana”

Ana Paula Cecon Calegari¹

Resumo: abordamos neste artigo a historiografia sobre os movimentos de oposição à Revolução Cubana, destacando algumas obras publicadas sobre a temática e fontes primárias para a investigação. Nossa preocupação concentra-se na problematização das especificidades da produção do conhecimento histórico realizado dentro e fora de Cuba. Objetivamos também contribuir com os estudos sobre a história cubana ao mapearmos e apresentarmos os problemas da produção do conhecimento deste tema específico.

Palavras-chave: historiografia; fontes; contrarrevolução cubana.

Balance on the historiography to the study of the Cuban Counterrevolution

Abstract: We discuss in this article the historiography of the opposition movements to the Cuban Revolution, highlighting some works published on this subject and primary sources for research. Our concern focuses on questioning the specifics of the production of historical knowledge held inside and outside of Cuba. We aim also to contribute to studies on the Cuban history to map out and presenting the problems of knowledge production of this particular topic.

Keywords: Historiography; Sources; Cuban Counterrevolution.

Artigo recebido em: 08/02/2016

Artigo aprovado para publicação em: 07/05/2016

Os problemas da temática

¹ Mestra em história. Atualmente cursa o doutorado em História na Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisa o Partido Socialista Popular cubano durante a década de 1950. Contato: anapccalegari@gmail.com.



Estudar algumas temáticas da história cubana é sempre um desafio, pois grande parte da produção acadêmica feita na ilha só é acessível caso o pesquisador se desloque até lá para consultá-la, uma vez que são pouquíssimos os documentos disponibilizados nos meios digitais para pesquisa ou aquisição. É bem verdade que existem inúmeros arquivos digitais espalhados em plataformas eletrônicas nos Estados Unidos e na Europa², entretanto, muitas vezes, a documentação acessível não dá suporte para a realização de pesquisas sobre alguns assuntos específicos. A história das oposições à Revolução Cubana de 1959 é um desses temas que geram dificuldades quanto ao acesso às suas obras de referência e fontes, e os textos que trabalharam a historiografia sobre o tema são escassos. Ademais, as definições do que foi, de fato, a contrarrevolução ainda causam controvérsias entre os pesquisadores; e os escritos sobre o assunto quase sempre expõem argumentos de autores que possuem ou possuíram algum vínculo com aquela mesma história que se propuseram narrar. Não são poucos os desafios que encontraram aqueles que estudam as oposições ao processo revolucionário cubano. Neste trabalho, objetivamos responder a alguns desses problemas ao escrevermos, de maneira inédita no Brasil, sobre a historiografia da contrarrevolução, em especial no que se refere às oposições armadas, e apontar possíveis caminhos para aqueles que se propõem estudar as questões acima relatadas. Não pretendemos esgotar este debate, nem mesmo destacar todas as obras que direta ou indiretamente abordaram o assunto, mas sim ressaltar alguns textos que consideramos relevantes para o estudo da temática, tanto aqueles produzidos em Cuba, como em países como o Brasil e os Estados Unidos. Optamos por trabalhar com textos de diferentes nacionalidades para compararmos as abordagens de variados autores, já que algumas vezes notamos versões contraditórias na narrativa de um mesmo fato da Revolução Cubana.

Selecionamos um conjunto de obras sobre a contrarrevolução e de antemão destacamos que, em nossa perspectiva, o termo se refere não apenas às ações armadas perpetradas contra a ilha, mas também às oposições de intelectuais e às dissidências políticas que apresentavam um discurso claramente oposto ao do governo revolucionário ou então que foram considerados pelo próprio governo como elementos que não se adequavam ao momento histórico vivido pela ilha após 1959 e que por isso foram perseguidos pelas autoridades cubanas, como é o caso dos

² Citamos como exemplo o arquivo digital do site Wilson Center (<http://digitalarchive.wilsoncenter.org/>) e do site do Departamento de Estado dos Estados Unidos (<https://history.state.gov/>).



jornais que foram fechados e de intelectuais que perderam seus postos de trabalho naqueles anos. Acreditamos que através destes eventos podemos estudar algumas críticas que foram feitas ao processo histórico iniciado a partir do fim da ditadura de Fulgencio Batista, fato que marcou o início da Revolução Cubana sob a liderança de Fidel Castro. Esta Revolução transformou profundamente a sociedade nos anos 1960 por meio de leis que priorizavam a diminuição das desigualdades sociais e a adoção da ideologia comunista – e aproximação com a União Soviética – a partir de 1961. Lembramos que essa aproximação se insere num contexto de rompimento das relações comerciais e diplomáticas com os Estados Unidos após as nacionalizações de empresas estrangeiras pelo governo rebelde, o que atingiu diretamente o capital estadunidense investido em Cuba.

Consideramos a contrarrevolução um objeto privilegiado para o estudo da história política e social cubana, pois a temática articula a esfera das ações políticas, principalmente aquelas ações realizadas pelo governo cubano em suas tentativas de conter as oposições e criar mecanismos para defender a Revolução dos ataques sofridos com os eventos ocorridos na sociedade cubana, marcados tanto pelas ações armadas quanto pelos protestos intelectuais e midiáticos feitos pelos opositores do regime.

Uma particularidade da historiografia cubana sobre este assunto é a sua limitação ao estudo da contrarrevolução armada. As dissidências políticas e as oposições feitas por intelectuais através de suas produções não fazem parte das questões privilegiadas por aqueles que escreveram sobre esse tema ou então, quando algo sobre o assunto é relatado, seus autores descreveram a versão oficial do governo rebelde sem se preocuparem em apresentar os argumentos daqueles que romperam com o processo e sem se aprofundarem nas causas deste rompimento. Contudo, não pensamos que essa particularidade da historiografia, comum também em relação a outras temáticas, diminua a contribuição dos cubanos ao assunto, afinal, eles produziram muitos trabalhos relevantes e têm acesso a fontes primárias muito importantes para a compreensão do tema.

Uma crítica à historiografia produzida em Cuba foi escrita por Rafael Rojas, que questionou os intelectuais insulares quanto às formas como alguns assuntos foram trabalhados e, para o nosso caso especificamente, como os movimentos da contrarrevolução receberam um tratamento factual e legitimador de uma produção historiográfica subordinada à ideologia



oficial, pois como aponta o autor, “Lo que la historia oficial ha entendido por ‘contrarrevolución’ durante medio siglo es una caricatura negativa de la propia homogeneidad imaginaria de la Revolución”. (ROJAS, 2008, p. 157)

A proposta de Rojas é tratar as oposições a partir do conceito de guerra civil em vez de empregar o termo contrarrevolução. Sua justificativa é que tal conceito capta melhor a pluralidade ideológica e política que também caracterizou as oposições àquele regime. Lembramos que Rojas é um historiador cubano exilado no México e que está escrevendo através de tal lugar de fala. Ele defende que, entre 1961 e 1965, os líderes da oposição ao comunismo não eram defensores do regime político que precedeu a Revolução, mas partidários da primeira revolução, a qual ele chamou de democrática (1959 e 1960). Contudo, no texto que analisamos, o autor não abordou um tema central na história das oposições, – o exílio³ – pois desconsiderou que os principais grupos oposicionistas haviam sido formados nos anos iniciais da Revolução e a proclamação do caráter socialista do processo se deu num momento em que a ilha estava sendo invadida por uma expedição de exilados cubanos.⁴ Sua análise se concentrou apenas em uma das motivações das oposições (o anticomunismo), que foi um elemento importante naquele contexto, mas não a principal razão para as divergências ao processo revolucionário na perspectiva da maioria dos autores cubanos que escreveram sobre o assunto.

O ensaio de Rafael Rojas possui importantes questões sobre um caminho possível para a renovação da historiografia cubana, a qual, na visão do autor, deve considerar os múltiplos atores sociais que intervieram no processo revolucionário e não apenas os grupos militarizados e as classes mais beneficiadas pelos avanços sociais do processo, como camponeses e proletários. O autor inclusive propõe operar com um conceito de “revolução” que se distancie do discurso oficial do governo de Castro. Assim, ele deixa sugestões às renovações historiográficas que estão na contramão do que fora a produção do conhecimento histórico desde 1959, como desconectar a ideia de Revolução à de pátria, nação ou socialismo.

³ Rafael Rojas preocupou-se com a temática em outros trabalhos, como é o caso dos livros *Isla sen fin* (Miami, Ediciones Universal, 1998) e *El Estante vacío: literatura y política en Cuba* (Barcelona, Espanha: Anagrama, 2009).

⁴ Referimo-nos à brigada de exilados cubanos que, com o apoio dos Estados Unidos, invadiu Cuba em abril de 1961 a fim de dominar uma parte do território a partir do qual seria iniciada uma guerra para a conquista definitiva da ilha.



Argumenta ainda que o conceito de Revolução não deve mais funcionar como uma metáfora do poder representado por Fidel Castro e pelo Partido Comunista Cubano. Segundo Rojas, “en la medida en que el concepto sea reducido a su propia significación histórica, y despojado de su figuración ideológica, el fenómeno revolucionario será más críticamente historiable”. (ROJAS, 2008, p. 157)

Outro texto importante do mesmo autor intitula-se *La máquina del olvido: mito, historia y poder en Cuba*, de 2011. Neste livro, Rojas escreveu sobre a historiografia cubana em diversos momentos e levantou suas principais características antes e depois da Revolução. Ele sustentou sua crítica à produção acadêmica que não se preocupa com a pluralidade de projetos e atores que estiveram envolvidos nos conflitos e na oposição ao governo rebelde, tratando aqueles acontecimentos a partir de uma confrontação binária que repete o discurso oficial das autoridades cubanas. Discurso este, segundo o autor, baseado na necessidade de legitimar a nova ordem política e social, mas também delimitador da produção intelectual e artística após 1959. Partindo desta questão, Rafael Rojas voltou-se a uma crítica da representação política dos *sujeitos ilegítimos* da Revolução Cubana, denunciando os rótulos usados para categorizá-los, como *inimigos do povo* ou *traidores da pátria*. (ROJAS, 2011, p. 70)

Trouxemos o texto de Rafael Rojas também para mostrar a existência de uma multiplicidade de discursos históricos que devem ser analisados a partir dos lugares de fala de seus autores já que, em se tratando da Revolução Cubana, podemos afirmar que o processo gerou adesões e oposições, as quais podem ser observadas nas narrativas históricas daquele evento. Antes mesmo de um estudo dos conteúdos (bibliografia e fontes) sobre essa temática, é importante que o pesquisador investigue a biografia dos autores com quem dialoga levando em conta, principalmente, as relações que eles possuem com o governo revolucionário, se há alguma fonte de financiamento de suas pesquisas, sejam elas órgãos de fomento intelectual cubano, institutos com um caráter explicitamente contrário ao regime, sejam exilados que romperam com a Revolução, mas que se preocuparam em evitar uma identificação com os interesses estadunidenses ou com a comunidade cubana de Miami.

Desta forma, acreditamos que, não apenas para o caso da historiografia das oposições, mas em relação ao conjunto da produção acadêmica sobre a Revolução Cubana, é necessário



que o pesquisador preocupe-se com a construção de discursos e memórias daqueles que estão ou estiveram envolvidos naquela produção. Beatriz Sarlo, ao estudar a questão da memória, dos discursos e da escrita da história, advertiu ao pesquisador sobre o cuidado que devemos ter ao estudarmos as décadas de 1960 e 1970 já que este “*passado está perto demais e, por isso, ainda desempenha funções políticas fortes no presente*” (SARLO, 2007, p. 58) e completou:

Além disso, os que lembram não estão afastados da luta política contemporânea; pelo contrário, têm fortes e legítimas razões para participar dela e investir no presente suas opiniões sobre o que aconteceu não faz muito tempo. Não é preciso recorrer à ideia de manipulação para afirmar que as memórias se colocam deliberadamente no cenário dos conflitos atuais e pretendem atuar nele. (SARLO, 2007, p. 60)

A referência à memória da forma como colocou Beatriz Sarlo e a participação de intelectuais em eventos marcantes da história cubana é uma característica da historiografia sobre a Revolução. Podemos dizer que a produção da história sobre o assunto em pauta possui, muitas vezes, uma função de legitimação de discursos, sejam eles do próprio governo cubano, sejam dos exilados ou opositores do regime. A respeito dessa temática, concordamos com Daniel Aarão Reis quando ele se referiu às experiências vividas nos anos de 1960, destacando que:

[...] apropriar-se deste passado, monopolizar, se possível, a sua memória, passa a ser um objetivo crucial, inclusive porque, como se sabe, o controle do futuro passa, em larga medida, pelo do passado, dado, por sua vez, aos que imprimem na memória coletiva a sua específica versão dos acontecimentos. (REIS, 1997, p. 102)

Com isso, queremos chamar a atenção para a importância de se observar os objetivos de uma obra ou de um discurso sobre a temática em questão, porque a historicidade do texto e os dados biográficos de quem o escreveu também trazem informações sobre seus conteúdos e sobre a mensagem política que pretendem comunicar.

A historiografia e as fontes da contrarrevolução cubana



Revista Eletrônica da ANPHLAC, ISSN 1679-1061, Nº. 21, p. 125-148, Jul./Dez., 2016.
<http://revista.anphlac.org.br>

Em um artigo publicado em 1995 na Revista Temas, intitulado *Urgencias y exigencias historiográficas*, o historiador cubano Joel James Figorola lamentou que, naquele momento, as reflexões sobre as alternativas ao projeto revolucionário eram mais importantes do que as exigências do trabalho historiográfico, o que estimulava a continuidade do estudo de certas temáticas que já possuíam um volume significativo de abordagens. Dito isso, o autor destacou as possibilidades de intercambio e consulta de novas temáticas, inclusive indicando a importância dos estudos sobre o enfrentamento da Revolução e da contrarrevolução, que até aquele momento não havia sido contemplado pela historiografia nacional. O problema indicado por Figorola corresponde a uma característica da produção intelectual cubana que se refere ao privilégio dado às temáticas relacionadas à exaltação das conquistas da Revolução Cubana e alguns outros temas que se voltaram à investigação do período anterior a 1959, como as guerras do século XIX pela independência da ilha.

Em um artigo relativamente recente, escrito por uma reconhecida historiadora cubana, Mildred de la Torre Molina, com o título *La nueva mirada de la historiografía cubana*, constatamos o esforço em assinalar as atuais pesquisas desenvolvidas na ilha em campos que ainda não tinham sido explorados, como a história regional, a história militar e as abordagens sobre gênero. (MOLINA, 2008) Entretanto, não encontramos menção a estudos sobre o tema das oposições. A mesma observação pode ser feita para o artigo *Historiografía y revolución: la “nueva” oleada de historiadores cubanos*, de Ricardo Quiza Moreno, do Instituto de História de Cuba. O texto de Moreno que objetivava *caracterizar el contexto histórico e institucional que diera lugar a la emergencia de nuevas tendencias historiográficas* (MORENO, 2010, p. 127), também trouxe algumas críticas ao peso da tradição que, segundo ele, limita a ampliação das investigações a temáticas mais diversificadas ao enfatizar a importância de alguns temas específicos. Apesar da contextualização feita pelo autor, as indicações sobre a contrarrevolução ou sobre os dissidentes também são inexistentes em seu texto. Ao destacar o novo caminho seguido pelos estudos cubanos, Ricardo Moreno destacou:

Respecto a los géneros historiográficos se nota el predominio de la historia social y de la perspectiva de los estudios culturales y poscoloniales por sobre la historia política y económica que habían sido, en ese orden, las que habían predominado en el



pasado. [...] prevalecen las investigaciones circunscritas al siglo XIX y al período entre 1902 y 1959, existiendo aún un déficit de trabajos sobre los primeros siglos coloniales o la historia posrevolucionaria. (MORENO, 2010, p. 127)

Se, por um lado, o texto anteriormente citado de Joel James Figorola, de meados dos anos 1990, foi bastante enfático ao relatar as lacunas da historiografia nacional, por outro, o mesmo não poderia ser dito quando observamos os esforços dos pesquisadores cubanos no movimento de renovação dos estudos históricos que ocorreu a partir do início dos anos 2000. Apesar de os textos de Molina e Moreno não contemplarem a temática das oposições, foi nesta década que as primeiras pesquisas sobre os movimentos contrarrevolucionários foram realizadas.

Chamamos a atenção ao fato de que, ao contrário do que vemos muitas vezes no Brasil, a pesquisa sobre a história da Revolução em Cuba não está aliada à produção feita nas universidades através de seus professores e alunos. Uma parte importante da produção historiográfica cubana se realiza em centros de estudos desvinculados das universidades⁵ e outra parte dela foi escrita por aqueles que participaram de acontecimentos importantes na história da ilha e resolveram contá-los, dispondo não apenas de suas experiências pessoais como também do acesso a uma documentação privilegiada que se encontra restrita aos pesquisadores estrangeiros. Esta característica é fundamental para entendermos a historiografia da contrarrevolução cubana, pois, como veremos, as principais obras referentes a este assunto foram escritas por autores que estiveram vinculados aos seus principais acontecimentos.

Em relação ao nosso objeto, destacamos, inicialmente, o livro *La contrarrevolución Cubana*, do historiador cubano Jesus Arboleya Cervera.⁶ Nesta obra, Arboleya descreveu os principais eventos que marcaram a história da contrarrevolução armada nos primeiros trinta anos da Revolução Cubana. Na perspectiva do autor, aqueles movimentos de oposição possuíam um caráter classista, isto é, eram frutos de uma configuração herdada do sistema

⁵ Centros de pesquisa histórica como o *Instituto Juan Marinello*, a *Unión de los Historiadores de Cuba* e o *Instituto de Historia de Cuba* atuam de forma independente das universidades e recebem investimentos do governo para promoverem eventos e publicarem livros e artigos de seus pesquisadores.

⁶ Jesus Arboleya é doutor em Ciências Históricas. Ocupou o cargo de cônsul na sessão de interesses de Cuba em Washington e também foi encarregado dos assuntos relativos à comunidade de emigrados cubanos no Departamento dos Estados Unidos do MINREX (*Ministerio de Relaciones Exteriores*). Foi investigador do Centro de *Estudios sobre Asuntos de Seguridad Nacional* e chefe do *Centro de Información y Documentación de la Prensa Latina*. Os dados biográficos de Arboleya, assim como os autores que serão apresentados, foram retirados de seus próprios livros, nas notas biográficas apresentadas por eles mesmos.



colonial, baseada em relações internacionais que ajudaram a conformar o cenário nacional. (ARBOLEYA, 2000, p. 52) E a justificativa para esse argumento está na composição dos movimentos armados que atuavam naqueles anos, os quais eram, em grande medida, compostos por cubanos exilados nos Estados Unidos que recebiam o fomento daquele país para desenvolver suas ações. A principal tese de Jesus Arboleya é a de que o processo revolucionário desintegrou o sistema de dominação política e social que havia em Cuba e, conseqüentemente, a oposição à Revolução é resultado do descontentamento das classes que foram destituídas após as reformas realizadas pelo governo rebelde de Fidel Castro. O autor fez uma reconstituição histórica a fim de explicar como se estruturou política e economicamente a sociedade cubana, para então justificar certos tipos de ações que podem ser entendidas como atividades próprias de determinadas classes e grupos sociais frente às mudanças estruturais promovidas pelo governo revolucionário.

Outra questão enfatizada por Jesus Arboleya foi o papel desempenhado pelos Estados Unidos de financiador dos movimentos armados e de pressão econômica e diplomática contra a ilha.⁷ No livro *El otro terrorismo: medio siglo de política de los Estados Unidos hacia Cuba*, de 2009, o autor problematizou essa questão ao focar sua análise na histórica relação entre os dois países. O espaço privilegiado nesse texto é o território estadunidense e o desenrolar das Políticas de Estado daquele país nos últimos 50 anos.⁸

O objetivo de Arboleya foi contextualizar o conflito entre Cuba e os Estados Unidos dentro da perspectiva do terrorismo de Estado como um ingrediente orgânico da política levada a cabo pelos estadunidenses. Outro propósito do autor foi mostrar como a Revolução Cubana orientou não somente a política externa dos Estados Unidos em relação à América Latina, mas também alterou o curso dos acontecimentos internos nos EUA a partir da inserção dos cubanos na vida daquele país. Além disso, Arboleya destacou que, independentemente do grau de envolvimento dos cubanos dentro dos EUA, essa comunidade sempre pressionou o governo

⁷ Essa também foi a perspectiva adotada por esse autor em um artigo publicado em 1999 na Revista Temas, intitulado *Una aproximación conceptual al fenómeno contrarrevolucionario cubano*. Nesse texto, Arboleya enfatizou questões relativas aos imigrantes cubanos nos Estados Unidos e as implicações dessa comunidade nos rumos das relações entre os dois países.

⁸ O termo “terrorismo” foi usado por Fidel Castro desde o início da Revolução para caracterizar a política de hostilidade dos Estados Unidos contra Cuba, a qual foi caracterizada, dentre outros exemplos, por atentados a alvos civis. Desta forma, podemos afirmar que o uso do termo nas obras da historiografia cubana é um reflexo do discurso oficial sobre a temática.



estadunidense a buscar uma solução para os problemas que enfrentavam com a ilha. Na interpretação do autor, os emigrados serviram como a base humana da contrarrevolução, enquanto o processo de articulação da ofensiva contrarrevolucionária ficou a cargo da CIA (Agência Central de Inteligência) e do Departamento de Estado. Os textos de Arboleya compõem narrativas imprescindíveis, em especial para o estudo dos movimentos armados. Entretanto, alguns momentos de sua escrita são bastante enfáticos nas acusações aos Estados Unidos e aos cubanos exilados, desenvolvendo um relato muitas vezes factual e sem a problematização do processo e motivações que levaram à formação dessas oposições.

Esta característica também é encontrada na obra de Fabián Escalante Font⁹ que, assim como Arboleya, não se concentrou nos elementos formadores de uma postura de oposição à Revolução, mas nos momentos em que os opositores cometeram ações violentas contra Cuba. No livro *La Guerra secreta: proyecto Cuba*, de 2008, Font trabalhou com os eventos dos anos de 1959 a 1962 para contextualizar o chamado *Proyecto Cuba*, também conhecido como *Operación Mangosta*.¹⁰ Para escrever sobre o tema, o autor usou como fontes primárias alguns documentos desclassificados do governo estadunidense, documentos (entrevistas, interrogatórios, comunicados) disponibilizados pelo Departamento de Segurança do Estado de Cuba que estão no Ministério do Interior, discursos de Fidel Castro e também de John F. Kennedy.

O debate feito na referida obra serviu para justificar a instalação dos mísseis soviéticos na ilha, ação que se pautou, segundo o autor, na legítima defesa e na inevitabilidade da agressão externa que estava sendo organizada pelo projeto destacado. Font encarou as atividades subversivas desenvolvidas pelos Estados Unidos como uma forma de “barrer las conquistas sociales logradas en la Isla”. (FONT, 2008, p. 46)

⁹ Escalante Font foi militante da luta contra Batista. Posteriormente, foi fundador dos serviços de segurança do governo revolucionário. Também atuou como representante da delegação de Cuba em reuniões tripartidas entre Cuba, EUA e URSS. Foi professor do Departamento de Estudos Sociais da Universidade de Havana.

¹⁰ A Operação Mangosta corresponde a um conjunto de ações violentas desenvolvidas conjuntamente pela CIA e por exilados cubanos contra a ilha. Como exemplos dessas ações, podemos citar a invasão do espaço aéreo cubano e o bombardeio de algumas cidades, as tentativas de assassinar os líderes da Revolução e a queima de canaviais para desestabilizar a economia. O objetivo da Mangosta era criar um clima de instabilidade interna a fim de enfraquecer o governo rebelde e realizar uma invasão armada no final do ano de 1962. A Operação foi suspensa na medida em que grande parte de suas ações não alcançava os objetivos propostos e o governo cubano, ao permitir a instalação dos mísseis soviéticos em Cuba naquele mesmo ano, levou o governo estadunidense a paralisar todas as operações ativas contra a ilha naquele momento.



Dentre as obras analisadas, o texto de Escalante se destaca por caracterizar as tentativas dos EUA de acabar com as realizações dos rebeldes, entendendo-as como uma reação às reformas sociais do governo revolucionário. Consequentemente, a narrativa do autor encaminha o leitor a uma interpretação que relaciona o desencadeamento das violentas reações daquele país com a finalidade, unicamente, de acabar com as melhoras advindas da Revolução para campo social. Comumente, as hostilidades entre os dois países são descritas com base no histórico envolvimento político entre ambos, mas principalmente nos negócios e empreendimentos estadunidenses em Cuba que foram atingidos com o aprofundamento das leis revolucionárias e a perda dos investimentos estrangeiros no processo de nacionalização das grandes indústrias empreendido pelo governo de Castro nos anos após 1959. Outra obra de Escalante Font sobre a temática intitula-se *Operación Exterminio: 50 años de agresiones contra Cuba*. Nesta, o autor estudou os movimentos organizados armados de oposição que atuaram nos primeiros anos da Revolução, buscando relacionar a atuação desses grupos com a política externa estadunidense, objetivando, assim, mostrar a inevitável vinculação entre estas esferas de ação.

A interpretação de Escalante Font e de Jesus Arboleya sintetizam o entendimento da historiografia oficial cubana do que realmente era a contrarrevolução e ambos os autores relacionam este termo diretamente às ações armadas efetuadas por grupos organizados, assim como às variedades de guerra empreendidas pelos EUA (econômica, psicológica, biológica, de informação). Ademais, outra característica que aproxima a abordagem dos autores é a dissertação factual sobre a composição, atuação e desmantelamento dos principais grupos armados, que também ficaram conhecidos como “operações comando,” e a ausência de uma narrativa que mostre como Cuba se defendeu dos ataques que estava sofrendo, assim como o papel do governo rebelde num processo mais complexo de rompimento das relações diplomáticas e econômicas com os Estados Unidos.

Percebemos que tanto Escalante Font como Arboleya buscaram caracterizar a contrarrevolução tendo como ponto de partida a intenção dos Estados Unidos em destruir o processo revolucionário. Os dois pesquisadores enfatizaram que o fator que impulsionou essa ofensiva, a qual foi motivada pelas primeiras emigrações, relacionava-se com os interesses econômicos das classes sociais privilegiadas internas, como os grandes proprietários de terra, a



burguesia urbana e a burguesia ligada à indústria canavieira, cujos rendimentos e estabilidade dependiam de um arranjo econômico que mantivesse as relações estáveis entre os dois países.

Um texto bem próximo ao desses autores foi o escrito pelo jornalista canadense Keith Bolender. No livro *Objetivo: Voltar a Cuba, Una historia del terrorismo contra el gobierno de Fidel Castro*, há a descrição de alguns eventos que se relacionam às ações desenvolvidas pelos EUA nos últimos 50 anos. Bolender usou a história oral como ferramenta metodológica para reconstruir os fatos a partir de depoimentos das vítimas das ações armadas desenvolvidas pelos Estados Unidos contra a ilha. Um importante apontamento de Keith Bolender sobre o fenômeno em pauta é o de que a conformidade sociopolítica da sociedade cubana marcada pelo medo causado pela contrarrevolução armada gerou uma hipersensibilidade em relação às críticas externas [e internas], ou seja, mesmo as críticas que tinham a intenção de contribuir com a construção de um projeto revolucionário nos anos 1960 foram encaradas como um sinal de oposição à liderança do Movimento 26 de Julho e seus líderes que se tornaram hegemônicos naquele contexto. Desta forma, o autor destacou que a sensação de insegurança vivida pelos cubanos acabou gerando uma demanda de segurança ao governo rebelde que, por sua vez, agiu de modo a coagir as críticas internas e afastar alguns personagens políticos do processo revolucionário.

Notamos, como também observou Rodriguez Piña, que muitas obras, ao localizarem suas análises nos planos empreendidos pelos Estados Unidos contra a Revolução Cubana, eximem o governo de Castro de qualquer participação ou responsabilidade nos eventos ocorridos.¹¹ Este fato pode ser percebido nos textos que estudaram a adoção da ideologia comunista e o período de transição à uma sociedade orientada de acordo com tal ideologia. Para Armando León, a explicação mais amplamente aceita e difundida entre os historiadores sobre a questão do encaminhamento ao socialismo ocorrido em Cuba após 1961 tende a aliar a reação e a inflexibilidade dos Estados Unidos quanto às leis do governo revolucionário com a opção das lideranças cubanas pelo comunismo como uma forma de buscar proteção na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) frente a um inimigo que constantemente as ameaçava.

¹¹ “Acusar por principio al “imperialismo norte-americano” de todos los males que ocurren en Cuba, América Latina o el mundo, sin mayor análisis, fue otra divisa que se derivó de las concepciones mecanicistas”. (PIÑA, 1989, p. 73)

Dentro dessa perspectiva, encontra-se, inclusive, o texto do brasileiro Luis Alberto Moniz Bandeira, *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*. O autor buscou as origens da luta revolucionária nas guerras de independência e então construiu a narrativa histórica da década de 1960 a partir de uma possível conexão entre os eventos insulares iniciados no século XIX e que desembocaram em 1959. A interpretação dos fatos ocorridos em Cuba, que situa o início da Revolução no século XIX, é sem dúvida a mais vasta e a melhor fundamentada.¹² Também dentro desta perspectiva, a própria revolução de 1959 seria resultado de um processo de luta contra o poder dos Estados Unidos e afirmação do sentimento nacionalista cubano. Esta, inclusive, é uma característica marcante da historiografia cubana que criou uma análise da história insular como uma longa luta pela independência do país, antes da Espanha e depois dos Estados Unidos. Então, a partir dessa perspectiva, o encaminhamento ao socialismo se localizaria no conflito histórico que opunha Cuba e EUA. De acordo com esta interpretação, o processo de fermentação da rebeldia cubana, cuja origem estaria nas lutas de independência do século XIX, tem como fator essencial a incursão dos interesses estadunidenses na ilha. Este fator é apresentado dentro da historiografia como o responsável por criar naquela cultura a ideia de “revolução continuada” que teve como fim de sua fase insurrecional o ano de 1959.

Outro trabalho com interessantes questões para reflexão foi o livro de Alicia Céspedes Carrillo, intitulado *Referencias necesarias sobre un antiguo conflicto, Cuba-USA, 1959-1960*. A autora cubana usou como fonte as correspondências diplomáticas trocadas entre o governo revolucionário e a embaixada estadunidense em Cuba para explicar os acontecimentos daqueles anos. Baseando-se nos citados documentos, Carrillo evidenciou alguns fatos de forma mais clara, como por exemplo, a tentativa do governo cubano de indenizar as propriedades expropriadas pela lei da Reforma Agrária de 1959, a qual foi toda conversada e recusada pelos EUA em notas diplomáticas. Porém, a abordagem feita por Alicia Carrillo se aproxima de Arboleya e Escalante Font na medida em que as fontes utilizadas serviram para colocar o

¹² León (idem, p. 100) destacou que ainda há duas outras correntes de interpretação que se propuseram a investigar a história que desembocou no encaminhamento da Revolução para o socialismo. Uma delas argumenta que a condução foi uma mera determinação ideológica das lideranças, as quais já eram comunistas e apenas levaram ao público esse fato. A outra interpretação dirigiu-se para a histórica necessidade que a ilha tinha de adotar a ideologia em questão, entendendo esse fato como algo inevitável.



governo revolucionário numa posição de agredido, sem o protagonismo que lhe cabe numa análise mais crítica em termos conjunturais.

Nos anos de 2008 e 2009, os cubanos se empenharam em publicar textos que tinham por intenção revisar a história da Revolução que estava completando 50 anos. Como resultado desse esforço, foi lançada a coleção de artigos nos livros *Memorias de la Revolución I e II*. A importância dessa compilação é que a maioria dos autores estiveram diretamente relacionados com o governo revolucionário e após meio século de Revolução fizeram uma análise de fatos que presenciaram. O volume II tratou dos principais eventos ocorridos na década de 1960 e muitos artigos deste compêndio abordaram o tema da contrarrevolução. Percebemos, então, a consideração da inevitabilidade de tratar a atuação das oposições para descrever aqueles acontecimentos a partir de uma visão revisionista dos fatos.¹³

Sobre a obra acima citada, destacamos as reflexões de Pedro Alvarez-Tabío Longa¹⁴, professor da Universidade de Havana e que durante um longo tempo dirigiu as publicações do Instituto Cubano do Livro. Em seu artigo *Las primeras leyes revolucionarias y la reacción yanqui*, o autor problematizou os antecedentes do que chamou de “política agressiva dos EUA contra Cuba.” Inseriu o debate na conhecida história econômica de golpe e contragolpe que levou ao rompimento das relações entre as duas nações, sem necessariamente nomear as ações dos Estados Unidos como terroristas, apesar de considerar o desrespeito às leis internacionais e os ataques a alvos civis cubanos. Essa é outra característica comum dentro da historiografia insular. A radicalização das leis revolucionárias pelo governo de Castro é encarada sob a ótica da inevitabilidade do aprofundamento da Revolução diante do risco da reversão do processo pelos ataques e políticas levadas a cabo pelo Pentágono. A passagem abaixo resume bem esse aspecto:

Durante los primeros tres años de la Revolución, cada acción del gobierno de Estados Unidos encontró la réplica adecuada en una nueva ley o medida justiciera, y en cada

¹³ Numa análise comparativa das obras lidas até agora e levando em consideração os anos em que foram publicadas, podemos dizer que os escritos sobre as oposições, principalmente sobre os grupos armados, são mais incisivos a partir da segunda metade da década de 1990, com acentuada aparição nos livros publicados a partir de 2000.

¹⁴ Doutor em Ciências Sociais e professor da Universidade de Havana. Atuou no serviço diplomático cubano e escreveu livros sobre o período insurrecional da história da ilha.



caso estuvieron presentes la batalla en el terreno de las ideas y la movilización popular. (TABÍO LONGA, 2008, p. 70)

Nesse mesmo artigo, Tabío Longa fez uma descrição dos grupos armados contrarrevolucionários e das operações desenvolvidas pela CIA. O texto de Longa foi complementado pelas indicações de Escalante Font no artigo *La contrarrevolución en los primeros años de la Revolución Cubana*. De maneira muito próxima às análises feitas nas outras obras já citadas, Font destacou, de uma forma mais concisa, as principais operações comando (grupos armados) e a estruturação das ações clandestinas, concentrando-se na década de 1960. (FONT, 2008, p. 77)

Outro texto contido na obra que merece menção intitula-se *La lucha contra bandidos*, de Aníbal Velaz Suarez.¹⁵ No artigo, há uma breve descrição da luta desenvolvida contra os grupos alçados nas regiões montanhosas de Cuba e como se deu o desfecho, em 1965, do conflito direto que opunha o governo revolucionário e os bandos armados.¹⁶ Este tema foi bastante estudado pelos cubanos e outros livros trazem narrativas e contribuições importantes. Um deles é o *Bandidismo: derrota de la CIA en Cuba*, dos cubanos Pedro Etcheverry Vázquez¹⁷ e Santiago Gutiérrez Ocegüera.¹⁸ Na obra, os autores fizeram uma discussão dos aspectos externos e internos relativos à atuação dos alçados, abrangendo um recorte de sete anos. E nessa mesma perspectiva, o livro *Operación Jaula*, de José R. Herrera Medina¹⁹, tratou da operação homônima²⁰ e trouxe parte essencial da ofensiva militar do governo revolucionário no combate aos insurgentes da Serra de Escambray.

Ambas as obras compartilham da ideia de que os alçados representavam um contragolpe à Revolução, cujas ações respondiam unicamente ao desejo dos Estados Unidos de acabar com

¹⁵ Militante do M-26 na fase insurrecional. Ocupou altos cargos do governo revolucionário e no Ministério do Interior (Minint).

¹⁶ Os bandidos ou bandas alçadas foram grupos armados que adotaram a guerra de guerrilhas para lutar contra a Revolução.

¹⁷ Doutor em Ciências Históricas e pesquisador do *Centro de Investigaciones Históricas de la Seguridad del Estado*.

¹⁸ Bacharel em Ciências e combatente do Movimento 26 de Julho nas operações contra os bandidos em Escambray e Matanzas. Além disso, foi membro da União dos Historiadores de Cuba.

¹⁹ Doutor em Ciências, investigador do Instituto de História de Cuba. Coronel da luta clandestina do Exército Rebelde em *Playa Girón*, na *Lucha contra los bandidos* e em missões internacionais.

²⁰ Operação do governo revolucionário para acabar com a guerra de guerrilhas interna. Nela, ocorreu uma ofensiva com o deslocamento de tropas rebeldes para o interior do país na tentativa de eliminar os focos de guerrilha de uma única vez.



a Revolução. Nesses textos, os autores cubanos não consideraram que grande parte dos alçados estava nas montanhas devido ao desacordo quanto aos rumos do processo revolucionário e não necessariamente atuavam de acordo com as ordens do Pentágono, pois, como estes mesmos autores escreveram, a grande maioria dos alçados eram cubanos que nunca haviam saído da ilha ou tiveram contato com os Estados Unidos, o que nos leva a pensar que os motivos para esta forma de oposição não se relacionam a fatores externos.

Destacamos ainda outros artigos que compõem o compendio *Memorias de la Revolución II*. No texto *Playa Girón*, José Ramón Fernández Álvares²¹ descreveu os acontecimentos de Abril de 1961²² relatando um evento do qual ele próprio foi um personagem importante. Tanto que após descrever breves fatos históricos da época, inicia uma narrativa em primeira pessoa contando sua própria trajetória naqueles dias de invasão. E por fim, há um debate sobre a Crise de Outubro de 1962, feito por Carlos Lechuga Hevia²³. Como é característico das interpretações cubanas sobre a Crise de 62, também chamada de Crise dos Mísseis, a tentativa de dar a Cuba certo protagonismo caracterizou este texto. A ênfase de Lechuga e de outros escritores daquele país desconsidera que a resolução da crise coube apenas aos acordos estabelecidos entre Kennedy e Kruschew e destacam as ações interna do governo de Castro que determinaram os rumos da solução para a Crise dos Mísseis.

Em relação à oposição da Igreja Católica, o livro de Ramón Torreira Crespo²⁴ & José Baujasán Marrawi²⁵ intitulado *Operación Peter Pan: un caso de guerra psicológica contra Cuba*, auxiliou o nosso entendimento acerca dos conflitos, principalmente ideológicos, que opuseram instituição religiosa e governo rebelde, sendo que o maior exemplo dessa hostilidade foi a Operação Peter Pan. Encontramos na obra a mais completa análise sobre a orquestração da operação homônima, a qual tem como viés de análise as preocupações da Igreja quanto à

²¹ Militar cubano desde 1940, foi preso em 1952 no início da ditadura de Batista. Dentro da Revolução, atingiu o máximo grau da patente militar e comandou uma das principais agrupações militar contra o desembarque em Playa Girón.

²² Neste mês, ocorreu o desembarque de exilados cubanos armados na Região da Baía dos Porcos. Estes objetivavam tomar parte do território cubano e iniciar uma guerra interna para derrubar o governo de Castro.

²³ Periodista cubano e embaixador da ilha na OEA e na ONU durante a Crise dos Mísseis. Foi membro de numerosas delegações em conferências internacionais.

²⁴ Doutor em Ciências Jurídicas. Pesquisador do *Centro de Estudios de Alternativas Políticas*, onde coordena o tema de religião e emigração.

²⁵ Participou da luta contra Batista dentro das filas do M-26-7. Trabalhou nos órgãos de segurança do Estado, onde alcançou o grau de coronel.



penetração do comunismo no continente e os acordos feitos com a CIA para a recepção em solo estadunidense das crianças que foram enviadas àquele país pelos próprios pais devido ao boato de que o governo rebelde lhes tiraria a *patria potestad*. Observamos também que a descrição das atividades da Igreja Católica esteve associada aos interesses daquela instituição em conservar seus investimentos que foram afetados pelas leis revolucionárias.

Constatamos que os cubanos têm se esforçado em criar uma memória sobre as agressões que sofreram nos últimos cinquenta anos. Porém, dentro de Cuba ainda não foram trabalhados os mecanismos que possibilitaram a vitória da Revolução sobre os constantes ataques diretos e indiretos, armados ou psicológicos, que sofrera nesse tempo. A historiografia nacional buscou identificar o povo cubano com as ações de Segurança do Estado. De fato, um dos principais aparatos para a defesa da Revolução, os Comitês de Defesa da Revolução, de 1960, teve como protagonistas a ação popular e a vigilância coletiva. Notamos que a descrição feita pelos cubanos, mesmo que escassa, quanto à participação popular e o seu envolvimento em instâncias governamentais, são fatos vistos sob uma ótica muito positiva e encarados como um modelo de participação direta do povo no aparato administrativo do estado cubano.

Este fato foi interpretado por uma diferente perspectiva pela cientista social argentina Claudia Hilb em *Silêncio, cuba. A esquerda democrática diante do regime da Revolução Cubana*. Hilb considerou que, com o passar do tempo, a participação popular tornou-se socialmente obrigatória, uma vez que a ausência de manifestações declaradas de apoio ao governo poderia ser considerada como sinais de oposição. Assim, a autora escreveu sobre o histórico de concentração de poder que levou ao controle de alguns grupos e atores sociais e destacou de que forma esse processo implicou na dissidência e no afastamento de outros grupos que, mesmo não fazendo oposição ao governo, foram distanciados da Revolução. Tanto a problematização das motivações políticas para a dissidência quanto os enfrentamentos ocorridos no campo das ideias e da estruturação do governo não são tratados nas obras dos autores cubanos.

O que difere essa obra de Hilb das demais obras anteriormente destacadas é o fato de que a autora argentina insere essa dissidência num processo de subordinação política realizada pelos dirigentes revolucionários, os quais, objetivando concentrar cada vez mais o poder, excluíram desse mesmo âmbito grupos e pessoas que não estavam incondicionalmente de



acordo com os rumos da Revolução. Para Hilb, as realizações do governo não podem ser dissociadas da forma política que esse mesmo regime adquiriu. Isto é, o processo de nivelamento das condições sociais e o processo de construção de uma forma política com vocação para dominação total são indissociáveis.

O princípio do qual parte Cláudia Hilb é o de que desde o início da Revolução, Fidel Castro já havia dado provas da intenção de concentrar em sua pessoa o sentido dos acontecimentos *ao não permitir que outras vozes imprimissem ao processo significados ou direções diferentes das que ele dispunha, em cada momento, como as mais adequadas.* (HILB, 2010, p. 82) Então, para explicar a condução desse processo, a autora descreveu de que forma alguns grupos foram excluídos gradativamente da participação na sociedade ou no governo, e como alguns outros grupos foram colocados sob o controle direto do regime. Hilb ainda ressaltou, brevemente, as intervenções do governo rebelde, nem sempre tão claras, feitas no movimento estudantil, no movimento sindical e nos grupos intelectuais.

Sobre a questão dos intelectuais merece menção o livro da historiadora brasileira Sílvia Cezar Miskulin, *Cultura ilhada: imprensa e Revolução Cubana (1959-1961)*. Neste, a autora estudou a trajetória de *Lunes*, um suplemento publicado no jornal *Revolución*. Partindo da história cultural, com intersecção na história das ideias e sem desconsiderar a influência que os eventos políticos tiveram no desenrolar dos acontecimentos, Miskulin estudou como um grupo de intelectuais cubanos foi gradativamente excluído e cerceado do cenário de produção cultural na medida em que entrou em conflito com integrantes do Partido Socialista Popular (PSP). Os colaboradores de *Lunes* defendiam a arte e a literatura revolucionária, porém o enfoque dado nas publicações, por vezes, desvinculava-se da referência à Revolução. Nas palavras da autora, as publicações versavam sobre o “ecletismo, a experimentação estética, o cosmopolitismo, o abstracionismo”. (MISKULIN, 2003, p. 190/91)

A busca pela experimentação e pelo desejo de liberdade intelectual e artística colidiu com a política cultural do Estado e disso derivaram inúmeras críticas oriundas dos escalões mais altos do governo, as quais se referiam à falta de compromisso com a Revolução por parte do suplemento, fato que acarretou o afastamento de personalidades do cenário político e cultural



cubano.²⁶ No que tange à questão da política cultural, o livro *Retrado de família com Fidel*, do escritor cubano Carlos Franqui, é um relato significativo, pois se trata da opinião de um personagem importante para entender a Revolução Cubana. Franqui foi o criador da Rádio Rebelde e do jornal *Revolución*, órgãos que pertenciam ao Movimento 26 de Julho e eram usados para a divulgação das informações e das ideias dos rebeldes da época da insurreição e após 1959.

Na narrativa, o autor apontou inúmeros elementos que retratam os conflitos surgidos entre a direção revolucionária e alguns membros do exército, do PSP, dos grupos intelectuais e outras personalidades políticas importantes. Devemos considerar que Carlos Franqui expressou seus ressentimentos diante do afastamento que sofreu em relação à Revolução. Contudo, isso deve ser encarado como indicativo de um conflito que opôs alguns intelectuais e artistas ao governo revolucionário. Franqui abordou o surgimento e as manifestações de oposições ao governo a partir de uma perspectiva de luta pelo poder, que colocava em lados opostos setores que defendiam liberdades intelectuais e políticas para suas instituições e órgãos culturais, em contraposição à necessidade de concentração de poder por parte de Fidel e dos que estavam ligados a ele. Além disso, Carlos Franqui localizou os embates daquele contexto a partir do crescimento do poder do PSP dentro das fileiras revolucionárias, sendo que esse acontecimento teria contribuído para a exclusão de alguns outros grupos na medida em que entraram em conflito com os comunistas.

Os historiadores que estudaram as oposições se voltaram para os arquivos que pudessem conter fontes que ajudassem na escrita dessa história. Jesus Arboleya utilizou os arquivos do Ministério do Interior (Minint), como interrogatórios feitos pelos agentes do ministério aos contrarrevolucionários presos dentro de Cuba na década de 1960, relatórios das atividades do Minint referentes às operações contrarrevolucionárias, informes dos chefes das sessões que existiam dentro do departamento, os informes do Comitê Central do Partido Comunista de

²⁶ Silvia Cezar Miskulin (2009) também escreveu outra obra cujo objetivo foi tratar do processo de exclusão gradativa de elementos considerados como obstáculos à Revolução. No livro *Os intelectuais cubanos e a política cultural da Revolução, 1961-1975*, a autora partiu novamente do campo cultural e estudou as tensões ocorridas entre o governo revolucionário e a editora *El Puente* e o suplemento *El Caimán Barbudo*. A editora era dirigida por um homossexual, José Mario Rodríguez, e foi fechada num momento em que o controle dos comportamentos considerados “desviantes” recrudescera. E o *Caimán Barbudo* correspondeu a uma publicação mensal do jornal *Juventud Rebelde*. A supressão do *Caimán* se deveu a controvérsias entre seu editor, Jesus Díaz, e mais alguns colaboradores que publicaram “artigos polêmicos,” o que provocou o afastamento da direção do suplemento.



Cuba, alguns documentos disponibilizados pelas autoridades estadunidenses, como leis de imigração, notas oficiais da Câmara dos Deputados e dos Senadores dos EUA, documentos públicos dos presidentes dos Estados Unidos disponibilizados pelo próprio governo daquele país e a Revista cubana *Bohemia*. Escalante Font também usou os arquivos do Minint e documentos desclassificados do Pentágono. Além disso, trabalhou, mesmo que de forma breve, com os discursos de Fidel Castro e com entrevistas feitas com oficiais e agentes do serviço de segurança cubano. No caso de Alicia Céspedes Carrillo, a autora consultou as citadas notas diplomáticas trocadas entre Cuba e os Estados Unidos entre os anos de 1959 a 1961, revistas cubanas como a *Verde Olivo* e o jornal *Revolución* e uma edição da Revista das Nações Unidas de 1960.

Outros documentos e arquivos pesquisados pelos autores cubanos foram os periódicos cubanos como o *Granma*, *Juventud Rebelde*, arquivos de repartições específicas como a *Asociación Católica Universitaria*, o *Museo Nacional de Lucha contra Bandidos*, o *Centro de Investigaciones Históricas de la Seguridad*, o *Instituto de Historia de Cuba*, *Unión de los historiadores de Cuba*, *Arquivo da Biblioteca Nacional José Martí*, *Centro de Investigación Juan Marinello*. Além do que já comentamos, outras fontes pesquisadas pelos autores destacados nos textos foram os documentos da diplomacia brasileira em Cuba, no caso de Moniz Bandeira e livros de intelectuais cubanos exilados, que foram usados por Silvia Miskulin.

É importante destacar que grande parte dos pesquisadores cubanos usaram os arquivos do Minint para escrever a história das oposições. O Ministério do Interior, criado em 1961, surgiu com a função de cuidar da segurança cubana e garantir a ordem interna. Foi também nesse órgão que se desenvolveu o sistema de inteligência cubana e era ali onde as decisões relacionadas à defesa e segurança eram tomadas. Por isso, a história do Minint e das oposições estão interligadas, o que justifica o fato da predominância no uso desses arquivos.

Conclusão

Grande parte da historiografia cubana sobre as oposições foi escrita, até o momento, por autores que participaram do governo revolucionário ou por personagens dos eventos que



narraram, como pôde ser percebido pelas notas biográficas no decorrer deste texto. Devido a isso, percebemos que a produção acadêmica sobre a temática está relacionada também à memória daqueles que estão escrevendo esses mesmos eventos. É certo afirmar, porém, que em todos os títulos destacados há um distanciamento metodológico e teórico de seus autores em relação ao tema abordado a fim de escapar de uma narrativa personalista. A geração a que pertence a maioria desses escritores é aquela mesma que constituiu o governo rebelde ainda na década de 1960 ou 70. Muitos deles tiveram a possibilidade de concluir seus estudos após 1959, como é o caso de Arboleya e Font. E em outros casos, escreveram suas obras em parceria com cubanos que participaram de eventos importantes, como é o caso do já citado livro *Operación Peter Pan*.

Os textos dos cubanos estão em maior número neste artigo por dois motivos. Por um lado, a preocupação deles em narrar a história das oposições, apesar de até então ser pequena, ainda é maior do que os esforços feitos nos Estados Unidos ou no Brasil, por exemplo. Por outro, acreditamos que os textos produzidos em Cuba, apesar de muitas vezes apresentarem um claro posicionamento político e o comprometimento com um projeto específico, trazem considerações extremamente relevantes, mesmo porque são estes historiadores que têm acesso às principais fontes sobre o tema para reconstruírem e interpretar a história nacional com um material rico e variado.

Podemos dizer que, se por um lado o governo revolucionário em suas políticas de orientação e valorização de certas características da história nacional foi o grande impulsionador do fazer historiográfico cubano e o responsável pela consolidação da academia e dos institutos de pesquisa como locais primordiais da atividade do profissional na área de História, por outro, ele também influenciou a reprodução de um discurso oficial. Notamos então que a historiografia e o discurso público dos líderes revolucionários caminharam juntos neste meio século de Revolução e a influência das ideias oficiais do governo na produção acadêmica foi realmente significativa.

Em relação à história da contrarrevolução, percebemos a predominância de uma análise que busca descrever toda forma de oposição como um desejo dos Estados Unidos de acabar com o processo revolucionário, assim como conecta as ações dos grupos armados às iniciativas dos órgãos de segurança estadunidense. Outra característica que observamos é a tentativa dos



escritores cubanos de associar as oposições aos interesses das classes sociais despossuídas pelas leis revolucionárias, apontando este fato como o principal motivo para que alguns grupos rompessem ou se colocassem em oposição ao processo. Estas abordagens, muitas vezes, colocam em segundo plano os debates políticos ocorridos na época e os conflitos pela hegemonia da Revolução, assim como, em nossa opinião, diversas outras questões que possuem importância política para o entendermos aquela conjuntura.

No que se refere à produção feita fora da ilha, destacamos algumas poucas referências sobre a temática, mas acreditamos que a partir delas é possível encontrar caminhos para investigações, sejam eles através dos intelectuais partindo do texto de Silvia Miskulin, dos estudos das instituições legais cubanas, como apontando por Claudia Hilb, ou mesmo do estudo de personagens da Revolução que se tornaram opositores do regime, como é o caso de Carlos Franqui, também ressaltado neste artigo e que foi estudado, junto com Guillermo Cabrera Infante, por Barthon Favatto Jr em *Entre o doce e o amargo: memórias de exilados cubanos*.

Ressaltamos que nenhuma obra citada neste artigo definiu o conceito de contrarrevolução ou elencou todos os elementos a que o termo se refere. Dentro de Cuba, esse fenômeno foi descrito de forma fragmentada, como se pôde notar pelos textos apresentados nesta análise. Apesar desta especificidade da temática, acreditamos ser possível desenvolver pesquisas que partam do mapeamento das oposições a partir de diferentes aspectos da análise, seja investigando o que a Revolução e os revolucionários consideraram como uma oposição ao seu projeto político, seja pelo estudo daqueles que oficialmente romperam com o processo revolucionário, mas que não foram lembrados pela historiografia cubana, como é o caso de alguns intelectuais e parte da classe média cubana que saiu da ilha nos anos após 1959.

Pelas obras que destacamos, é perceptível o predomínio da abordagem das oposições pelo viés da história social. Pensamos que a variedade de acontecimentos que o conceito abrange permite que sua análise seja feita pelas mais variadas perspectivas: pelos fenômenos e ações políticas motivadas pela ação dos contrarrevolucionários; pela guerra econômica travada entre Cuba e Estados Unidos num processo de afastamento das duas nações que levou ao bloqueio comercial da ilha; pela produção artística ou os processos judiciais aos quais alguns artistas foram submetidos. Para qualquer um desses ângulos de análise, o investigador contará com obras com as quais dialogar, apesar de muitas vezes os textos não trabalharem diretamente



com o termo “contrarrevolução” ou “oposição,” como é o caso do trabalho de Silvia Cezar Miskulin. Para algumas dessas temáticas o acesso à historiografia e suas fontes requer do pesquisador uma viagem à ilha. A temática, entretanto, possui grandes lacunas, o que torna necessário o trabalho do historiador que se propõe a adentrar aos labirintos da Revolução Cubana e tentar entendê-la em sua complexidade de atores e conflitos.

Referências bibliográficas

ARBOLEYA, Jesus. *La contrarrevolución cubana*. Editorial de Ciencias Sociales. La Habana, 2000.

BOLENDER, Keith. *Objetivo: voltar a Cuba. Una historia del terrorismo contra el gobierno de Fidel Castro*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2011.

CARRILLO, Alicia Céspedes. *Referencias necesarias sobre un antiguo conflicto: Cuba-USA, 1959-1960*. Editorial José Martí, Ciudad de la Habana, 2010.

FAVATTO JR., Bartho. *Entre o doce e o amargo: memórias de exilados cubanos: Carlos Franqui e Guillermo Cabrera Infante*. São Paulo: Alameda, 2014.

FIGAROLA, Joel James. Urgencias y exigencias historiográficas. *Revista Temas: La Habana*, nº 1, 1995.

FONT, Fabián Escalante. La contrarrevolución en los primeros años de la Revolución Cubana. In: OZACKI, Enrique Oltuski; LLOMPART, Héctor Rodríguez; TORRES-CUEVAS, Eduardo (Org.). *Memorias de la Revolución II*. La Habana: Imagen Contemporánea, 2008.

FONT, Fabián Escalante. *La Guerra Secreta: proyecto Cuba*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2008.

HILB, Claudia. *Silêncio, Cuba: a esquerda democrática diante do regime da Revolução Cubana*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

LEÓN, Arnaldo Silva. La historiografía de la Revolución en el poder. In: MEDINA, Rolando Julio Rensoli (Org.). *La historiografía en la Revolución Cubana: reflexiones a 50 años*. La Habana: Editora Historia, 2010.

MEDINA, José R. Herrera. *Operación Jaula*. La Habana: Casa Editorial Verde Olivo, 2006.

MISKULIN, Sílvia Cezar. *Cultura Ilhada: imprensa e Revolução Cubana (1959-1951)*. São Paulo: Xamã, 2003.



MISKULIN, Sílvia Cezar. *Os intelectuais cubanos e a política cultura da Revolução, 1961-1975*. São Paulo: Alameda, 2009.

MOLINA, Mildred de la Torre. La nueva mirada de la historiografía cubana. *Revista Espaço Laical*, n° 15, 2008.

MONIZ BANDEIRA, Luis Alberto. *De Martí a Fidel: A revolução cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MORENO, Ricardo Quiza. Historiografía y revolución: la “nueva” oleada de historiadores cubanos. *Revista Millars: Espai i Història*, Vol. 22, 2010.

OCEGUERA, Santiago Gutiérrez; VÁZQUEZ, Pedro Etcheverry. *Bandidismo: derrota de la CIA en Cuba*. La Habana: Editorial Capitán San Luis, 2008.

PIÑA, Javier Rodríguez. Algunas consideraciones sobre la historiografía cubana. *Secuencia: Revista de Historia y Ciencias Sociales*, n° 2, 1989.

REIS, Daniel Aarão. *Versões e ficções: o sequestro da história*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

ROJAS, Rafael. Dilemas de la nueva historia. *Revista Encuentro de la Cultura Cubana*, n° 50, 2008.

ROJAS, Rafael. *La máquina del olvido. Mito, historia y poder en Cuba*. México: Editorial Taurus, 2012.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

TABÍO LONGA, Pedro Alvarez. Las primeras leyes revolucionarias y la reacción yanqui. In: OZACKI, Enrique Oltuski; LLOMPART, Héctor Rodríguez; TORRES-CUEVAS, Eduardo (Orgs.). *Memorias de la Revolución II*. La Habana: Imagen Contemporánea, 2008.

